

Sauer elogia volta ao bom senso

ABC
AGÊNCIA ESTADO

Depois de um longo período de descontentamento com a política econômica do governo, o presidente da Autolatina (holding que administra Ford e Volkswagen), Wolfgang Sauer volta a acreditar que o Brasil "retoma o caminho do bom senso". Fazendo ontem, em Salvador, a empresários da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, Sauer disse que agora que se definiu o mandato do presidente da República "será possível ao ministro da Fazenda



Clóvis Cranchi Sobrinho - 30/11/87

Sauer: política realista e gradual

concretizar sua política econômica realista e gradual, sem a ameaça de choques e pacotes que tantos transtornos causaram em 86 e 87". Ele elogiou ainda a forma como está sendo conduzida a renegociação da dívida externa e o acordo com o FMI, fazendo, ao mesmo tempo, críticas aos antecessores de Mailson da Nóbrega, que "julgaram possível

repudiar as práticas recomendadas no mundo da economia civilizada".

O presidente da Autolatina classificou como passos importantes dados pelo governo o fato de ter-se definido as linhas da nova política industrial e de iniciar-se as mudanças, do comércio exterior. "A liberalização do comércio exterior não é um ato de força do governo,

mas uma necessidade do setor privado, que precisa importar, transferir tecnologia e modernizar sua capacidade de produção", afirmou Sauer, esperando que o governo não deixe de dialogar com os empresários sobre o impacto de suas decisões nesse campo. "Não podemos pagar os frutos de uma ansiedade liberalizante, como se se tratasse de nos redimir aos nossos próprios olhos dos erros de um passado recente. Não é o governo que promove a concorrência, embora ele tenha poderes para empurrá-la e criar cartórios", advertiu. "É preciso ter prudência para não cometer erros que podem ser danosos ao parque industrial brasileiro. Não temos condições de promover importações de modo indiscriminado contra os interesses da indústria nacional."

Embora ressalte a importância das "mudanças saudáveis", Sauer considerou indispensável que o governo combatá, com maior agressividade, o déficit público. "Não podemos suportar para sempre a absorção do crédito pelo financiamento do déficit público ou a prática de juros reais negativos, que fomentam especulação, só porque o governo não diminui seus gastos", afirmou.